

A POLÍTICA COMO O NAUFRÁGIO DAS ESPERANÇAS EM TOCQUEVILLE E WEBER

Politics as the sinking of hopes: Tocqueville and Weber

Tássia Rabelo de **PINHO**
Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, Brasil
tassiaacad@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0003-1451-2237> 

A lista completa com informações dos autores está no final do artigo ●

RESUMO

Na Sociologia e na Antropologia a análise sobre o par indivíduo e sociedade, a relação entre biografia e produção teórica possui amplo espaço, na Ciência Política, contudo a vida por detrás dos textos desaparece, e é na contramão dessa tendência geral que o presente artigo se insere. Tomando como pano de fundo o contexto histórico, buscará discutir o lugar da política em Alexis de Tocqueville e Max Weber, por meio da combinação entre a análise de suas trajetórias individuais nesta área e sua produção teórica. A escolha desses dois autores se deu em função dos contornos quase trágicos como a política se apresenta para ambos. Ainda que mais de meio século separem o nascimento de Tocqueville e Weber, ambos vivenciam períodos politicamente conturbados, férteis para a reflexão, duros para a intervenção.

PALAVRAS-CHAVE: Weber. Tocqueville. Política. Agência. Vocação.

ABSTRACT

In Sociology and Anthropology, the analysis of the individual and society, the relationship between biography and theoretical production has ample space, in Political Science, however, the life behind the texts disappears, and it is against this general trend that this article is inserts. Taking the historical context as a backdrop, he will seek to discuss the place of politics in Alexis de Tocqueville and Max Weber, by combining the analysis of his individual trajectories in this area and his theoretical production. The choice of these two authors was due to the almost tragic outlines as the policy presents itself for both. Although more than half a century separates the birth of Tocqueville and Weber, both experience politically troubled periods, fertile for reflection, hard for intervention.

KEYWORDS: Weber. Tocqueville. Politics. Agency. Calling.

1 INTRODUÇÃO

Todo homem nasce, vive e morre num tempo histórico. À medida que ele percorre o ciclo da vida característico da nossa espécie, cada fase desse ciclo se junta com eventos no mundo. (HUGUES, 2005, p.1).

Na Sociologia e na Antropologia, a análise sobre o par indivíduo e sociedade, a relação entre biografia, contexto histórico-social, e produção teórica possui amplo espaço. Na Ciência Política, entretanto, a vida por detrás dos textos costuma desaparecer, e é a partir desta constatação que o presente artigo se justifica, pois busca contribuir com a análise do trabalho de Max Weber e Alexis de Tocqueville a partir de uma perspectiva pouco disseminada neste campo, a saber, a combinação entre o exame das trajetórias individuais dos autores e sua produção bibliográfica.

Tal como aponta Hughes (2005), a biografia dos indivíduos não está descolada do momento em que vivem, muito do ordenamento das suas vidas, oportunidades e problemas pessoais, estarão relacionados com um quadro que lhe é externo, razão pela qual a pesquisa terá como pano de fundo o contexto histórico da atuação política e da produção teórica dos autores em debate.

Ainda que nascidos em países diferentes e separados por mais de meio século, ambos vivenciaram períodos politicamente conturbados, férteis para a reflexão e duros para a intervenção, que, argumenta-se, contribuíram para a visão quase lúgubre que expressam sobre a política em seus últimos trabalhos.

Diferente de Weber, Tocqueville dedicou anos de sua vida à política institucional, mas não sem dificuldades de adaptação ao espaço do Parlamento, ao qual tecia duras críticas. Durante a curta duração da Segunda República, cumpriu funções importantes no processo constituinte tendo, contudo, se afastado da ação política definitivamente quando do golpe de Estado de Luís Bonaparte em 1851. Após essas experiências registrou em “O Antigo Regime e a Revolução” uma perspectiva que deixa pouco espaço para o sucesso da ação humana no sentido da sua intencionalidade.

Max Weber, comumente definido como pessimista, ou na melhor das hipóteses realista, se distanciava de muitos de seus colegas do século XIX ao não trabalhar nos marcos do Iluminismo e do Positivismo e, tampouco localizar na ciência a possibilidade de salvação de um mundo “desencantado”. Apesar de sua visão nada otimista dos rumos para os quais caminhava a sociedade moderna, é possível perceber um lugar de destaque para

o cientista, cujo trabalho possibilita a tomada de decisões esclarecida. No entanto, quando a referência é a política, a dificuldade para encontrar um caminho para os seres de ação fica evidente.

A partir da argumentação enunciada, o texto buscará analisar o lugar da política em Tocqueville e Weber, sem desconsiderar o alerta de Bourdieu (2006) sobre a ilusão biográfica. Suas vidas não serão concebidas como uma sequência coerente de acontecimentos com significado e direção, o que desaguará em uma análise que busca discutir os movimentos que os conduziram de urna posição a outra a partir do campo no qual esses se desenrolaram. Tal como fez Pollack (1986), ao analisar o contexto de produção da pesquisa de Weber com trabalhadores na Prússia, objetiva-se discutir como os contornos das experiências políticas influenciaram as elaborações teóricas de Tocqueville e Weber.

2 A POLÍTICA E A VIDA DE TOCQUEVILLE

Demasiado liberal para o partido de onde ele [Tocqueville] provém, não muito entusiasta por ideias novas aos olhos dos republicanos, ele não foi adotado nem pela direita nem pela esquerda, ele permaneceu suspeito a todos. (ARON, 2000, p. 235).

Nascido em família nobre no ano de 1805, Tocqueville viveu seus primeiros anos em meio ao regime Napoleônico, e conviveu com o fantasma da Revolução Francesa ao longo de sua infância. Seu avô havia sido guillotinado, seus pais, presos por dez meses, por pouco escaparam do mesmo destino e precisaram se exilar na Inglaterra durante anos. Passada a tormenta para a aristocracia francesa, sua trajetória política iniciou-se após a Revolução de 1830, durante a Monarquia de Julho.

Na Câmara dos Deputados recusou a constituição de alianças de caráter permanente com a oposição, mesmo considerando o governo de Luís Filipe medíocre e imóvel e o Parlamento um espaço sem disputas políticas reais por questões que dividissem e mobilizassem a opinião pública. De maneira coerente com um dos elementos centrais de “A Democracia na América” - o valor do associativismo e da participação política como forma de evitar a tirania -, relata em carta a seu amigo Francisque Corcelle (1983) sua inconformidade com a apatia política na França de sua época:



Ne verrons-nous donc jamais s'élever de nouveau le vent des véritables passions politiques; de ces passions violentes, dures, cruelles quelquefois, mais grandes, désintéressées, fécondes. Je ne m'accoutume point à ce que nous avons sous les yeux. Je ne m'y accoutumerai jamais.

Marcelo Jasmim (1997) relata que Tocqueville se sentia deslocado em qualquer espectro da política francesa, e como forma de construir um lugar para a sua perspectiva política tentou fundar em 1846 o partido “A Nova Esquerda”, que visava combinar o Liberalismo e propostas de justiça social. Não teve sucesso neste e em outros empreendimentos políticos, o que pode ser notado em suas cartas nas quais o fazer político é narrado de maneira pessimista, à exceção das referências ao contato direto com seus eleitores:

Il est bien facile de voir dans le contact de tous ces gens-là qu'à tout prendre le pays vaut mieux que ceux qui le dirigent. Toutes ces populations au milieu desquelles je vis ont un goût mal éclairé mais très vif pour la liberté et l'obéissance aux lois.”. (TOCQUEVILLE, 1877)

Tal como mencionado, foi durante a Segunda República que Tocqueville viu sua atuação política ganhar destaque. Em meio à crise financeira e as inquietações dos primeiros dias de 1848, previu o surgimento de um movimento revolucionário na França em seu famoso discurso de 27 de janeiro às portas da Revolução de Fevereiro.

Durante os desenrolar dos fatos naquele ano singular, se uniu à ala mais moderada do movimento que acabava de destituir o rei Luís Filipe para evitar a radicalização do processo reivindicada pelos socialistas. Neste contexto obteve uma vitória eleitoral massiva em sua região, e se manteve na defesa do novo regime que, ao longo dos meses que se seguiram, expeliu sua base popular.

Como membro da comissão responsável pela elaboração do novo texto Constitucional, dedicou-se a essa tarefa e, com base em seu conhecimento sobre a experiência política americana, defendeu o estabelecimento de instituições que pudessem dividir o poder, freios e contrapesos, a fim de reduzir as chances de o regime desaguar em uma tirania. Assim, propôs a eleição direta do presidente pelo povo combinada ao bicameralismo. Ao fim das discussões a comissão optou pela eleição do presidente por sufrágio universal, mas não acatou a proposta de bicameralismo.

Vale destacar que Tocqueville, tal como aponta Diggins (1999), já em 1835 afirmava que as instituições possuem influência secundária na vida dos homens e que as sociedades políticas são formadas por elementos menos tangíveis e com maior dificuldade de

alteração: sentimentos, crenças, ideias e hábitos. Assim, é possível supor que suas expectativas em relação ao trabalho legislativo fossem baixas, alinhadas à sua percepção de que as leis pouco podem diante da gênese e dos costumes dos povos, o que, contudo, não significa dizer que o resultado do texto constitucional ao qual se dedicou, seguido da derrota acachapante de seu candidato à presidência, general Louis-Eugène Cavaignac, por Luís Bonaparte, não foram capazes de lhe decepcionar. Vale relatar que sua breve passagem como Ministro das Relações Exteriores lhe rendeu ainda o desgosto de ser demitido e acusado por Bonaparte de não manter a dignidade da França no exterior.

A vitória de Bonaparte seguida do golpe de Estado em dezembro de 1851¹ fez com que, apesar de seu interesse pela ação política, Tocqueville dedicasse seus últimos anos ao que poucos dias após o golpe afirmou ser para ele o que poderia ser seu verdadeiro legado na terra: “Pensei cem vezes que, se devo deixar algumas marcas de mim nesse mundo, será bem mais pelo que terei escrito do que pelo que terei feito”. (TOCQUEVILLE, 1982, p. 7).

Seus pouco mais de cinquenta anos de vida viram o domínio, avanço e queda de Napoleão; a restauração monárquica; o exílio de Carlos X seguido da transformação do regime em uma espécie de monarquia burguesa; a derrubada do regime e o estabelecimento da Segunda República; e sua derrubada por meio de um golpe de Estado, de outro Bonaparte, que instituiu o Segundo Império.

O que viu e viveu, e o caráter quase circular das inúmeras transformações na política francesa o possibilitou aprofundar reflexões antigas sobre um dos eventos mais importantes da história do Ocidente². Em “O Antigo Regime e a Revolução” discutiu como a cataclísmica Revolução Francesa para seus contemporâneos, representou muito menos uma ruptura com o Antigo Regime do que fora considerado.

Algumas das ‘conquistas’ altamente alardeadas da Revolução, da centralização administrativa à disseminação da agricultura em pequena escala feita pelo proprietário, já existiam de fato antes da sua eclosão. Até os famosos ‘Direitos do homem e do cidadão’ já haviam sido em parte instituídos pelo Antigo Regime”. (TOCQUEVILLE, 1982)

¹ Tocqueville foi preso junto com outros deputados na ocasião do golpe, tendo permanecido na cadeia por três dias.

² Já em 1836 Tocqueville ensaiava o argumento que viria a expor e aprofundar em “O Antigo Regime e a Revolução”. No artigo *L’État Social et Politique de la France avant e depois 1789*, escrito naquele ano, discutia as relações intrínsecas entre passado e presente, e a semelhança entre gerações, mesmo aquelas que declaram guerra as suas predecessoras. A marcha rumo à democratização e centralização na França também está presente no texto.

Sua análise sobre a Revolução Francesa em seu último trabalho levou Albert Hirschman (1992) a reconhecê-lo como o fundador da tese da futilidade, na qual a mudança é vista como cosmética, dado que não tem a capacidade de alterar as estruturas profundas da sociedade. A próxima seção será destinada a debater se a partir da teoria de Tocqueville sobre a Revolução Francesa é possível inferir uma filosofia da história fatalista, bem como as nuances da sua trajetória intelectual e a conexão com o desenrolar da sua vida política.

2.1 ENTRE A VONTADE E A DETERMINAÇÃO

(...) A Providência não criou o gênero humano nem inteiramente independente, nem completamente escravo. É verdade que traça, ao redor de cada homem, um círculo fatal do qual ele não pode sair; mas, dentro dos seus vastos limites, o homem é poderoso e livre; assim também os povos. (TOCQUEVILLE, 1977)

Jasmim (1997) discute em sua tese de doutorado sobre Tocqueville a relação que este autor estabelece entre história e política. Aponta que em sua primeira fase da produção intelectual possuía uma necessidade existencial e política de afirmar o papel da ação humana no processo histórico, um dilema entre a determinação e vontade, já que apesar disso, tomou como premissa de suas reflexões em “A Democracia na América” a ideia da existência de um processo providencial de longo prazo em que a interferência humana é quase nula.

Apresenta a igualdade de condições como um fenômeno imbatível: “É universal, durável, escapa cada dia ao poder humano” (TOCQUEVILLE, 1977), mas fora desse domínio encontra lugar para a agência. Para Jasmin é exatamente o recurso à Providência que viabiliza a relação teórica entre a ação política livre e responsável e os resultados de longo prazo, assim como permite a sustentação da visão do ser humano como corresponsável do desenrolar dos fatos históricos.

Sua opção pela carreira política pode ser vista como um dos motivos que geraram no Tocqueville intelectual a necessidade de afirmação da ação diante de um processo histórico de longo prazo a que se referia como inexorável. Se para ele, desde o início a ação humana fosse vista como insignificante diante de tendências históricas, não haveria motivo para se dedicar à vida pública, já que esta estaria desprovida de poder.

Estabelecer uma narrativa histórica em que os indivíduos não tivessem papel seria o mesmo que incentivar a inação e retirar daqueles a responsabilidade sobre os

acontecimentos de seu mundo. Em consonância com a tarefa ética que coloca para a análise social e a historiografia, Tocqueville, num primeiro momento, recusa a doutrina da fatalidade histórica, elucidando em “A Democracia” sua crítica a ideia de que os fatos pretéritos não poderiam ter se dado de outra forma em razão de uma “providência inflexível”³. Considera essa forma de construção um determinismo dos historiadores democráticos que, em razão da crescente igualdade de condições, deixavam de enfatizar a ação individual, para focar em causas exclusivamente abstratas e gerais.

Reconhece que em tempos de igualdade as causas gerais tem maior capacidade explicativa, pois com a aproximação dos homens entre si os grandes feitos individuais começam a arrefecer; discute a dificuldade de compreensão das causas fortuitas e secundárias, mas defende que estas possuem interferência nos processos históricos e, portanto, independente das dificuldades precisam ser consideradas na análise. Apesar dessa percepção, Jasmin (1997a) aponta com precisão que o lugar que Tocqueville reserva aos indivíduos é o de “precipitar” ou “retardar” o movimento histórico e não o alterar.

Tomando a liberdade como tema fundamental, Tocqueville aponta que o aprofundamento da igualdade pode ter como consequência a tirania da maioria, uma nova forma de despotismo descrita por ele como ainda mais cruel⁴, mas que essa é uma possibilidade não destino. A análise do sucesso da democracia americana, fruto da existência de corpos intermediários e de mecanismos de contrapeso dos poderes, é uma demonstração prática de que, se não é possível barrar a crescente equiparação entre as pessoas, esta pode se dar sem que arraste consigo a liberdade que, contudo, jamais estará perpetuamente assegurada.

Visando a reversão de um caminho servil em tempos democráticos, fruto do individualismo e da indiferença cívica, buscou o estabelecimento de uma ciência cujo *telos* era a construção de uma ordem política liberal em meio ao avanço da igualdade. O que alcunhava como desenvolvimento “bárbaro” da democracia, poderia ser superado por meio das descobertas da Ciência da Política, que ofereceria instrumentos para a ação esclarecida. Tratar-se-ia de um processo de acomodação diante daquilo que não se pode

³ “Se essa doutrina da fatalidade, que tem tanto atrativos para aqueles que escrevem história nos tempos democráticos, passando dos escritores a seus leitores penetrasse assim toda a massa dos cidadãos e se apoderasse do espírito público, pode-se prever que logo paralisaria o movimento das sociedades novas e reduziria os cristãos a turcos”. (TOCQUEVILLE, 1977).

⁴ “Um rei só tem poder material, que age sobre as ações e não pode atingir as vontades; mas a maioria reveste-se de força moral e material, que age sobre as vontades como sobre as ações, que impede, ao mesmo tempo, o feito e o desejo de fazer”. (TOCQUEVILLE, 1977).

mudar, e da utilização das ferramentas necessárias para a defesa da liberdade. Nesse sentido, a primeira fase de sua obra pode ser localizada dentro de uma perspectiva em que conhecer a política teria utilidade para informar a ação, dando um caráter pragmático a sua atuação intelectual.

A conceituação de liberdade em contextos democráticos de Tocqueville é baseada em uma noção de participação da sociedade e de pujança da atividade política, o exato oposto do que afirmava ver na Monarquia de Julho, cuja indiferença cívica era muitas vezes encontrada, até mesmo entre os parlamentares. A forte crítica à passividade crescente demonstra que para ele a virtude cívica é um valor, o que só faria sentido dentro de uma lógica conceitual em que a ação humana não fosse vista como fútil.

Eu conviria sem dificuldades que a paz pública é um grande bem; mas não quero, no entanto, esquecer que é através da boa ordem que todos os povos chegam à tirania. Daí não se segue necessariamente que os povos devem desprezar a paz pública; mas não convém que lhes seja suficiente. Uma nação que não pede a seu governo senão a manutenção da ordem já é escrava no fundo do coração; é escrava do seu bem-estar, e o homem que pode acorrentá-lo pode aparecer. (TOCQUEVILLE, 1977)

Em “Lembranças de 1848” sua narração detalhada dos fatos, das decisões tomadas e das consequências advindas da ação dos atores, mostra novamente que para Tocqueville há espaço para a atuação individual e coletiva. Sua relação com a história fica mais nítida neste texto em que localiza os processos abrangentes na imagem dos homens de letras, que possuem a capacidade de sistematizar os acontecimentos em um plano geral, e os circunstanciais na prática dos políticos, para os quais apenas os fatos do dia-a-dia importam. Crítica a ambos afirmando que a história é uma combinação de causas gerais e conjunturais. Apesar disso, sua obra seguinte parece subjugar a vontade política a um desenvolvimento histórico avassalador ao qual os seres humanos dificilmente teriam forças para deter.

Em “O Antigo Regime”, suas análises não são se baseiam mais em uma pesquisa de campo sobre um jovem país do além-mar, e sim na realidade vivenciada na França. O despotismo não aparece como ameaça, mas como fato, a igualdade representada de forma exemplar pela introdução do sufrágio universal, para ele apresenta sua face maligna ao ser instaurada abruptamente antes que a sociedade tivesse a experiência política que considerava necessária para a tomada de decisões esclarecida. Vê, portanto no centralismo despótico o destino final da Revolução empreendida em nome da liberdade, igualdade e fraternidade.

O que a Revolução foi menos que tudo é um acontecimento fortuito. Pegou o mundo de surpresa, é bem verdade, e, entretanto, era apenas o complemento do mais longo trabalho, o encerramento súbito e violento de uma obra na qual dez gerações de homens haviam trabalhado. Se não tivesse acontecido, o velho edifício social não teria deixado de cair em todo lugar, aqui mais cedo, ali mais tarde; apenas teria continuado a cair parte por parte em vez de desmoronar de uma só vez. (TOCQUEVILLE, 1982)

O trecho citado acima em muito se aproxima deste escrito aproximadamente vinte anos antes: “(...) os que desejaram contribuir para seu sucesso [da democracia] e os que jamais pensaram em servi-la; os que combateram por ela, e mesmo os que se declararam seus inimigos; todos, sem discriminação, foram impelidos pela mesma via” (TOCQUEVILLE, 1977). A similaridade no que se refere à determinação histórica é patente, a diferença reside no espaço deixado em aberto para a liberdade de ação em “A Democracia”, e seu fechamento em “O Antigo Regime”.

Seu último trabalho afirma que a ação política, mesmo no caso que considera a tentativa mais desesperada e sangrenta de instaurar a liberdade, só conseguiu dar continuidade ao projeto centralizador originário do Antigo Regime, isso porque para Tocqueville a razão de ser da Revolução tem sua origem nas causas gerais e de longo prazo. A constatação de que nos dois casos o advento de um mesmo resultado, igualdade no primeiro e centralização no segundo, ocorreriam independentemente do juízo dos agentes que neles atuavam, aponta que em suas duas fases a inexorabilidade dos processos históricos esteve presente. Destaca-se, contudo que é em sua última obra, após toda experiência e decepções com os rumos da política francesa, que Tocqueville parece limitar o grau de possibilidade de ação mesmo no plano em que considerava ser quase um dever atuar, na busca pela liberdade.

Sua tentativa de trabalhar uma historiografia baseada na combinação de processos de longo prazo e ação individual e coletiva é visível, mas vacilante. A divisão de dois livros do Antigo Regime entre a análise de causas de longo prazo e das imediatas da Revolução são exemplos desse esforço que, contudo, não apaga o peso diferenciado dado às causas gerais e circunstanciais da Revolução, no fim o que fica é a ideia de que as questões conjunturais tem sua origem em processos de longo prazo⁵. Para Tocqueville os fatos

⁵ “Sendo a França um dos países europeus em que toda vida política estava há mais tempo e mais completamente extinta, onde os particulares mais haviam perdido o exercício dos assuntos públicos, o hábito de interpretar os fatos, a experiências dos movimentos populares e quase a noção de povo, é fácil imaginar como todos os franceses puderam ao mesmo tempo cair em uma revolução terrível sem vê-la, com os mais ameaçados por ela marchando à frente, encarregando-se de abrir e alargar o caminho que conduzia a ela” (TOCQUEVILLE, 1977).

antigos serviram para preparar a Revolução, enquanto os particulares para determinar seu lugar, nascimento e o caráter, indicando mais uma vez que os fatos mais recentes não tinham influência sobre o conteúdo do resultado, mas sobre o processo que levaria a ele.

O prefácio que apresenta sua busca pelas possibilidades alternativas à ação durante o processo revolucionário: “Quis ver não apenas de que mal o doente sucumbira, mas também como poderia não ter morrido. Fiz como os médicos que, em cada órgão destruído, tentam surpreender as leis da vida” (TOCQUEVILLE, 1982), também⁶ é permeado pelo debate sobre a dificuldade da ação humana em obter sucesso diante dos processos de longo prazo: “Em meio às trevas do futuro já é possível descortinar três verdades muito claras. A primeira é que todos os homens de nossos dias são arrastados por uma força desconhecida que se pode ter esperança de regular e retardar, mas não de vencer” (TOCQUEVILLE, 1982).

Em Tocqueville, a disseminação da igualdade trata-se de um processo de longo prazo inerente à história do Ocidente que não poderia ser detido pelos homens. No caso francês, porém, o autor afirma que além da tendência “universal” de equalização das condições há também um processo de longa data rumo à centralização política aprofundada pela Revolução.

Para Jasmin (1997), Tocqueville resolveu seu dilema entre determinação histórica e vontade política em “O Antigo Regime” ao estabelecer uma arquitetura de temporalidades na qual no passado da França era possível localizar nas escolhas da antiga aristocracia as causas para o processo de centralização e, portanto o papel dos homens nesse processo de longo prazo. Entretanto, a determinação histórica presente neste livro ainda parece demasiado forte para afirmar que Tocqueville conseguiu equilibrar e resolver seu dilema.

Se uma análise mais completa da trajetória intelectual de Tocqueville possibilita o questionamento à ideia da tese da defesa da futilidade das ações como proposto por Hirschamn, a mudança de tom de sua escrita entre os trabalhos de sua primeira fase, “Lembranças de 1848”, e “O Antigo Regime”, leva à conclusão de que apesar de sua tentativa de combinar aspectos gerais e inexoráveis dos processos históricos, com a tarefa de convencer os seres de que a ação era possível e desejável, seu último livro pendeu para a demonstração da força desses processos de longo prazo em contraposição à agência

⁶ Nem mesmo essa afirmação carrega de forma tão a visão anti-fatalista argumentada por Jasmin, pois a reflexão de Tocqueville se encerra com uma ideia que remete a maior possibilidade de fracasso daquele que busca desvendar essas possibilidades alternativas, já que entre o médico e “as leis da vida” existe um abismo que só pode ser transposto parcialmente.

humana na determinação de seus destinos. Fica a reflexão: se até mesmo a Revolução Francesa possuiu um caráter supérfluo já que as mudanças operadas por esta ocorreriam com ou sem sua intervenção, como pode ser possível qualquer outro tipo de ação eficaz diante da tendência centralizadora da França?

O dominador caiu, mas o que havia de mais substancial em sua obra permaneceu em pé; morto seu governo, sua administração continuou a viver; e desde então, toda vez que se quis derrubar o poder absoluto, não se fez mais que colocar a cabeça da Liberdade em um corpo servil. (TOCQUEVILLE, 1982)

Jasmin (1997) mostra que entre a publicação do primeiro e o segundo livro da Democracia Tocqueville buscou dissuadir seus leitores da ideia de que sua análise possuía uma conotação fatalista, estabelecendo o espaço da política como o lugar privilegiado para a ação eficaz na consecução de seus fins. Todavia, sua leitura sobre a Revolução Francesa apresenta um Tocqueville já distante da participação política, e que vê mesmo na ação política mais apaixonada, na busca mais incessante pela liberdade, a impotência da ação humana. Assim, a política se converte em tragédia para aquele que dedicou sua vida não apenas à sua prática, mas a sua compreensão com vias à aplicação.

3 A POLÍTICA E A VIDA DE WEBER

O alemão Max Weber foi uma figura fascinante que entre altos e baixos, depressões e períodos de estabilidade, vida política e acadêmica, tornou-se um dos principais nomes da história das Ciências Sociais. Filho de político, criado entre intelectuais, Weber alcançou rápido sucesso na vida profissional tornando-se livre-docente da Universidade de Berlim, professor de economia na Universidade de Freiburg e de Heidelberg em menos de cinco anos. Apesar de sua trajetória ascendente na carreira acadêmica, entrou em profundo quadro de depressão após a morte de seu pai em 1897 e jamais voltou a ter a disposição e saúde de antes, passando dezenove anos afastado da vida universitária (MILLS; GERTH, 1982).

Em um primeiro momento formou-se em Direito como o pai, trabalhou como jurista e deu seus primeiros passos na política. A vida acadêmica, que já lhe despertava interesse desde a adolescência, o levou a estudar Economia, História e Filosofia, a cursar o doutorado e passar a lecionar em universidades, mas o êxito não trouxe consigo a resposta sobre se de fato a carreira acadêmica lhe convinha (WEBER, 2003a).



Em meio à dúvida, se manteve politicamente atuante mesmo após ingressar na docência, e conjugou ciência e política. Neste ponto, faz-se necessário destacar que o Weber da neutralidade axiológica, do ataque aos profetas de cátedra, não é o mesmo do final do século XIX que na aula inaugural na Universidade de Freiburg se vale do discurso militante e subordina o discurso científico a um fim político, atribuindo aos professores de sua geração, e, portanto, também a ele próprio, a tarefa de educação política em um contexto no qual a burguesia alemã estava distante de se transformar na classe que almeja a direção do Estado ao invés do lucro baseado na conciliação com a aristocracia.

Pollack argumenta que seu senso de dever o levou a uma sobrecarrega a qual parecia tentar superar forjando rupturas políticas. Fato é que a solução para seu dilema em relação ao caminho que deveria seguir se deveu muito mais a um fator de ordem externa do que à sua decisão. A deterioração de sua saúde deixou nítido que a política em sua vida seria limitada à dedicação ocasional, faltava o ânimo para aquele que considerava que a política é: “um esforço tenaz e enérgico para atravessar grossas vigas de madeira” (WEBER, 2011, p.84).

Para ele a política deveria ser julgada por seus resultados, concepção que revela o forte pragmatismo que o acompanharia em todas as suas fases, bastante distante da paixão que via como um dos pilares do chefe político vocacionado. Buscando que seria mais eficiente para a nação, afastou-se de sistemas fechados com valores intrínsecos e transitou entre o liberalismo nacionalista de seu pai, o paternalismo conservador, o imperialismo justificado pela razão de Estado, o pangermanismo, o monarquismo, e o republicanismo.

Marrienne Weber (2003a) aponta que a simpatia de Weber pela luta do proletariado em favor de uma existência humana e digna vinha sendo, há décadas, tão grande que ele frequentemente examinava a possibilidade de ingressar em suas fileiras como membro do partido – chegando sempre, porém, à conclusão negativa. Seu raciocínio, segundo ainda sua esposa e biógrafa, era de que só poderia ser um socialista honesto, se estivesse pronto a participar do modo de vida dos pobres, e, de qualquer modo, se estivesse pronto a abrir mão de uma existência intelectual possível apenas pelo trabalho deles. Sua enfermidade estabelecia barreiras ainda maiores a esse modo de vida e sua erudição dependia, simplesmente, de uma renda do capital.

Se somou à tentativa de um grupo de pastores e professores de organizar um pequeno partido que conjugasse socialismo e nacionalismo, mas logo se afastou de tal empreendimento; seguiu sem localizar na vida partidária alemã saída para os dilemas da nação, criticando dos conservadores aos socialistas. Claro opositor do pacifismo, aderiu

imediatamente à Primeira Guerra Mundial e apresentou-se para servir às forças armadas, assumindo o posto de oficial de disciplina da Comissão de Hospitais Militares do Corpo de Reservas em Heidelberg.

Suas várias tentativas de interferir nos rumos da vida política alemã foram infrutíferas. Dentre essas vale destacar o momento no qual, na condição de perito da delegação alemã de paz à Versalhes, sugeriu que os criminosos de guerra se oferecessem voluntariamente aos inimigos recebendo resposta negativa e uma repreensão. São sabidas as consequências do Tratado de Versalhes para a vida política alemã, e a forma como suas duras cláusulas foram usadas para disseminar o ódio e aprofundar um nacionalismo que desaguaria na ascensão do nazismo, que Weber não chegou a presenciar.

Via na Alemanha a incapacidade de valorizar o talento daqueles que, talvez como ele, eram impedidos de agir. Tema que abordaria em Parlamento e Governo numa Alemanha Reordenada (1993), no qual um Weber posicionado politicamente apontava a necessidade do fortalecimento do Parlamento cujo papel de coadjuvante impedia a seleção de líderes vocacionados e não fazia frente ao crescente poder político da burocracia.

Salvo o já mencionado período no final do século XIX, mesmo nos momentos de maior convicção, manteve uma distância quase que intelectual da política, não apresentando o entusiasmo característico daquele que crê e dedica a sua vida a um ideal. Weber, que olhando para a ciência, a arte, mas também para a política, afirmou que: “aquele que põe todo o coração em sua obra, e só nela, eleva-se à altura e à dignidade da causa que deseja servir” (2011, p.19), viveu a constante análise crítica dos processos políticos em que contrastava as razões de vários lados ao invés de se apegar a nenhum deles. Assim como seus argumentos eram cuidadosamente traçados para que fizessem sentido lógico, sua prática política esbarrava na necessidade de coerência entre vida pessoal, intelectual e política. Afastava-se da paixão e da crença, flertava com a completa falta de esperança:

É provável que pouco do que os senhores almejavam e esperaram e do que também esperei se haja realizado. Muito pouco, segundo tudo leva a acreditar — para não dizer que absolutamente nada. Isso não me abaterá, mas confesso-lhes que pesa como um fardo íntimo sobre quem tem consciência da situação. (WEBER, 2011, p.83)

Uma breve análise sobre sua trajetória política permite afirmar que, assim como dizia não ter “ouvido” para a religião, lhe faltava os instrumentos necessários para o sucesso também na política, dentre esses a própria crença, sem a qual, para ele: “a inanidade da



criatura eclipsará até mesmo o êxito político aparentemente mais sólido” (WEBER, 2011, p.73). Mas não só, em muitos dos seus textos deixa nítido que considerava viver um momento histórico no qual em seu país não havia lugar para os políticos vocacionados⁷. Assim, argumenta-se que a interdição à ação política constante que sua doença lhe causou, os fracassos nessa arena do ponto de vista pessoal e sua percepção sobre a classe política alemã, influenciaram sobremaneira sua visão sobre a natureza da política.

Se por um lado a política era dava lugar à decepção e depois à falta de perspectiva, a ciência foi seu porto seguro. Há acordo com a definição de Mills e Gerth (1982) de que Weber foi: “um homem político e um intelectual político”, mas vale adicionar que o político jamais dominou o cientista que, tal como será visto, tinha ao menos alguma chance de encontrar algum tipo de satisfação de seus anseios, mesmo que de forma temporária, enquanto o resultado final da atividade política, segundo Weber muito raramente corresponde ao objetivo inicial e muitas vezes a relação entre o resultado e a intenção é paradoxal (2011).

Afirma que que aqueles que não estavam à altura da tarefa política, exatamente porque não tinham dimensão para se medir com o mundo tal como ele é, melhor teriam feito ao se entregar com simplicidade ao trabalho, sem mexer com poderes diabólicos. Weber se entregou ao laborioso fazer científico que lhe deu “o direito de introduzir os dedos entre os raios da roda da História”, mas, o tempo mostrou que ainda assim o elevou acima da banalidade da vida.

3.1 ENTRE A CIÊNCIA E A POLÍTICA COMO VOCAÇÃO

Na conferência “Ciência como Vocação”, que tal como “Política como Vocação”, foi dirigida aos jovens estudantes alemães da Associação dos Estudantes Livres da Baviera na Universidade de Munique entre 1917 e 1918, Weber discute a função da ciência no mundo moderno e a partir daí o significado da vocação científica. Dá centralidade à necessidade de especialização, que apresenta como condição necessária para a prática científica na contemporaneidade: “Somente a especialização pura permitirá que o

⁷ Em todos os partidos, inclusive, evidentemente, a social-democracia, eu poderia citar numerosas carreiras políticas que foram verdadeiras tragédias, porque os indivíduos envolvidos possuíam qualidades de chefe e não foram, por esse motivo, tolerados pelos homens importantes da agremiação. Todos os nossos partidos têm, assim, acertado o passo pelo de seus homens de prol. (WEBER, 2011),

trabalhador científico experimente por uma vez, e certamente não mais que uma vez, a satisfação de dizer a si mesmo: desta vez consegui algo que subsistirá” (WEBER, 1972).

Parte de uma forte crítica ao que alcunha de profeta de cátedra, professores que se utilizam de sua posição hierarquicamente superior para influenciar seus alunos politicamente. Deixa nítido desde o início que não vê a ciência como tendo o papel de salvar o mundo, e defende que esta não possui a capacidade de resolver os problemas relacionados a valores⁸. Para ele sua função se limita a contribuição para a elucidação dos caminhos possíveis a serem trilhados, trata-se de apontar as consequências de cada decisão e desvelar o que há por trás de cada valor alternativo. Dessa maneira, a ciência pode contribuir para a atuação dos indivíduos engajados politicamente, subsidiando a avaliação de um problema prático e relacionando os fatos que devem ser levados em consideração na sua escolha.

Weber busca dissuadir os estudantes para os quais ministra a palestra, de uma visão idealista de ciência, utilizando o conceito de vocação para explicitar o grau de entrega implicado em sua prática. Partindo de uma análise contrastante entre a carreira intelectual na Alemanha e nos Estados Unidos, discute o papel da vocação científica no primeiro caso, em que tantos desafios surgem ao longo de uma carreira cuja promessa de sucesso não está colocada para muitos. Insiste no papel do acaso e o aproxima de uma percepção desalentadora do fazer científico, em que o trabalho duro é imprescindível, mas não é garantia de que levará à inspiração, ao surgimento de uma ideia inovadora, que mesmo quando alcançada estará fadada a ser ultrapassada, cabendo ao cientista apenas a resignação diante desse fato.

Em a “Política como Vocação”, define a política, de maneira sucinta como: “(...) o conjunto de esforços feitos com vistas a participar do poder ou a influenciar a divisão do poder, seja entre Estados, seja no interior de um único Estado” (Weber, 2011, p.38). Sua análise é permeada pela diferenciação entre a ética da convicção e da responsabilidade. A primeira, é calcada em valores que não observam os resultados das ações e julga as condutas conforme a observação dessas prescrições, enquanto a segunda não se subordina a valores previamente construídos posto que seu julgamento se baseia nos resultados das ações. A ética da convicção por si só é cega, não admite questionamento

⁸ O exemplo da eutanásia no caso da medicina elucida bem o ponto. A medicina pode avançar ao ponto de prolongar a vida, mas não cabe a esta definir se o melhor é manter uma vida vegetativa ou dolorosa. Valores externos a prática científica é que considerados nessa decisão.

de verdades últimas, sendo própria ao campo da religião, enquanto a da responsabilidade é aquela na qual o ator avalia as consequências dos seus atos e considera seus paradoxos.

Destaca que o Sermão da Montanha do Evangelho e sua máxima: “dar a outra face”, não é conciliável com a ética da responsabilidade e, portanto, com a política, pois se o Estado é definido por seu meio particular, o uso legítimo da força, e a política é disputa de poder, a tipicamente cristã negação do uso da força para a resistência ao “mal”, está alheia a prática política que, necessariamente, faz apelo à violência. Apesar disso o sociólogo alemão admite que a política não se faz apenas com base na racionalidade e encontra o lugar para os fins últimos em sua prática.

A política é feita, sem dúvida, com a cabeça, mas certamente não é feita apenas com a cabeça. Nisso os proponentes de uma ética dos fins últimos estão certos. Não podemos prescrever a ninguém que deva seguir uma ética de fins absolutos ou uma ética de responsabilidade, ou quando uma e quando outra (WEBER, 1972).

O autor estabelece uma diferenciação entre os que vivem para a política e aqueles que vivem da política. Os que vivem “para” a transformam no significado último de sua vida, dando a ela um caráter vocacional, enquanto os que vivem “da” política possuem uma relação meramente auto-interessada com a sua prática⁹. Para além de destacar que os interesses podem ir além dos de natureza financeira, afirma que o central não é se o indivíduo precisa receber algum vencimento para se dedicar à política, afinal, com o advento da democracia de massas essa deixara de ser um espaço exclusivo da elite, mas sim que o líder político vocacionado é caracterizado por acreditar e guiar suas ações de forma responsável em prol de uma causa e não pela busca por altos rendimentos ou o privilégio do poder.

Apresenta três qualidades determinantes do chefe político: a paixão por uma causa, o sentimento de responsabilidade, e o senso de proporção. Localiza na vaidade, que define como a necessidade de se colocar em primeiro plano, o “inimigo vulgar” do político, capaz de leva-lo a cometer os dois pecados mortais em política que são exatamente não defender uma causa e/ou não possuir sentimento de responsabilidade.

Após citar as inúmeras dificuldades enfrentadas pelos políticos afirma que o poder é a principal benesse para aquele que é bem-sucedido, a capacidade de viver uma vida que

⁹ Diggins (1999) aponta como a visão de Weber sobre os que vivem “da” política foi em parte forjada pela observação de seu pai, político pragmático e carente de convicções.

definirá os rumos de tantas outras, em suas palavras, “de se elevar acima da banalidade da vida cotidiana” (1972).

Nas linhas finais de “A Ciência como Vocação”, após uma explanação em que apresenta as dificuldades implicadas no fazer científico, conclui sua apresentação dizendo que essas inúmeras barreiras impostas ao longo da carreira serão facilmente transpostas por aqueles que seguirem sua vocação científica, ou seus demônios como coloca, abrindo os caminhos para o fazer científico.

Aprendamos a lição! Nada se fez até agora com base apenas no fervor e na espera. É preciso agir de outro modo, entregar-se ao trabalho e responder às exigências de cada dia - tanto no campo da vida comum, como no campo da vocação. Esse trabalho será simples e fácil, se cada qual encontrar e obedecer ao demônio que tece as teias de sua vida (WEBER, 1972).

A diferença de entonação em relação aos últimos parágrafos de “A Política como Vocação” é flagrante. Nessa Weber termina sua análise de maneira quase fatalista, indicando que os poucos vocacionados para a política estão fadados a processos constantes de decepções e à necessidade de viver como heróis. Os caminhos se fecham, pois diferentemente daquele que tem a vocação para a ciência, o político precisará superar inúmeras provações sem ter a perspectiva de vencê-las.

É perfeitamente exato dizer — e toda a experiência histórica o confirma — que não se teria jamais atingido o possível, se não se houvesse tentado o impossível. Contudo, o homem capaz de semelhante esforço deve ser um chefe e não apenas um chefe, mas um herói, no mais simples sentido da palavra. E mesmo os que não sejam uma coisa nem outra devem armar-se da força de alma que lhes permita vencer o naufrágio de todas as suas esperanças. Importa, entretanto, que se armem desde o presente momento, pois de outra forma não virão a alcançar nem mesmo o que hoje é possível. Aquele que esteja convencido de que não se abaterá nem mesmo que o mundo, julgado de seu ponto de vista, se revele demasiado estúpido ou demasiado mesquinho para merecer o que ele pretende oferecer-lhe, aquele que permaneça capaz de dizer “a despeito de tudo!”, aquele e só aquele tem a “vocação” da política. (Weber, 2011, p.84)

Em Weber, tanto o cientista quanto o político vocacionado não possuem uma profissão, e sim uma missão, e se aproximam nesse sentido. Afastam-se, porém na tarefa que devem empreender. O político, em contraste com o cientista, é responsável pela elaboração de princípios-guia da ação. Ele age informado não só pelo seu conhecimento da realidade, mas de acordo com sua consciência, subjetividade. E ao fazer isto sugere que agir de determinada maneira implica uma conduta moral, apesar disso não pode agir



apenas com base em sua consciência, pois será julgado pelas consequências dos seus atos e não por suas intenções.

Neste ponto a convergência com Diggins (1999) se apresenta: “Para Weber, a política é intrinsecamente trágica, uma vez que possibilita o uso ‘diabólico’ do poder; exercer a atividade política é abdicar de toda a pretensão à inocência e virtude e aceitar os encargos da responsabilidade e a presença traiçoeira do mal”. Ao lidar com a violência, a esfera da política em Weber não poder ser avaliada por meio dos objetivos nobres e sim dos resultados alcançados e com o problema das consequências inesperadas, sendo, portanto, potencialmente marcada pelo infortúnio.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As conferências de Weber analisadas neste trabalho são perpassadas pela ideia de que há espíritos vocacionados ao pensamento e outros à ação, os primeiros encontrariam seu lugar na ciência enquanto os outros na política. Em Tocqueville é perceptível a presença de ideia similar, posto que os políticos são apresentados como aqueles que têm dificuldade de transcender as causas conjunturais, e os homens de letras como os que veem as causas gerais.

Ambos estabelecem perfis diferentes para o homem público e o acadêmico ou cientista, mas apesar disso atuam nas duas vias. De maneiras diferentes são derrotados no meio político e se refugiam em suas análises políticas, sociais e históricas.

Em Tocqueville a política se mostra incapaz. O próprio Alexis se percebe inábil diante da tarefa de mudar os rumos da França e sua tão antiga tendência centralizadora que, para ele, tem como consequência o atentado à liberdade. Em Weber a política pode muito, os homens são conferidos de poder para mudar os rumos da história como Bismarck o fez durante a unificação alemã, mas não há na Alemanha em que vive partidos ou agrupamentos sociais com a grandeza necessária para cumprir tal tarefa, e aqueles que possuem as características necessárias para liderar são excluídos do processo político pela mediocridade que impera nos gabinetes e nos partidos.

Tocqueville não demonstrou possuir a desenvoltura necessária para seguir atuando politicamente à despeito das adversidades, mas teve sempre a liberdade como sua causa última; enquanto Weber em seu pragmatismo procurou basear seus atos na análise que fazia das consequências possíveis, sem jamais ceder à paixão, teve várias causas, mas

nenhuma tornou-se sua razão de vida, sua vocação. Nos dois casos a política foi mais o naufrágio das esperanças do que o instrumento privilegiado de transformação.

REFERÊNCIAS

ARON, R. **As Etapas do Pensamento Sociológico**. São Paulo, Ed. Martins Fontes, 2008.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes. **Usos e abusos da história oral**. (8ª edição) Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 183-191.

DIGGINS, Patrick. **Max Weber, A política e o Espírito da Tragédia**. Editora: Distribuidora Record de Serviços de Imprensa S.A., Rio de Janeiro, 1999.

GERTH, Hans Heinrich; MILLS, Charles Wright (Org). **Max Weber: Ensaios de sociologia**. 1982.

HUGHES, Everett C. **Ciclos, pontos de inflexão e carreiras**. Teoria e Pesquisa, v. 46, p. 163-173, 2005.

HIRSCHMAN, Albert. **A Retórica da Intransigência: Perversidade, Futilidade, Ameaça**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

JASMIN, Marcelo. **Alexis de Tocqueville: A Historiografia como Ciência da Política**. Rio de Janeiro: Access, 1997.

JASMIN, Marcelo. **Tocqueville, a Providência e a História**. Dados, Rio de Janeiro, v. 40, n. 2, 1997a.

POLLAK, Michael. **Un Texte dans son Contexte**. Actes de la Recherche en Sciences Sociales, 65:69-75, 1986.

POLLAK, Michael. **Max Weber: elementos para uma biografia sociointelectual (parte II)**. Mana, v. 2, n. 2, p. 85-113, 1996.

TOCQUEVILLE, Alexis de. **A Democracia na América**. Belo Horizonte/São Paulo, Itatiaia/Edusp, 1977.

TOCQUEVILLE, Alexis de. **O Antigo Regime e a Revolução**. Brasília, Editora da UnB, 1982.

TOCQUEVILLE, Alexis de. **Correspondance d'Alexis de Tocqueville et de Louis de Kergolay**. Paris, Gallimard (Tomo XIII, 2 vols.), 1977

TOCQUEVILLE, Alexis de. **Correspondance d'Alexis de Tocqueville et de Francisque de Corcelle**. Paris, Gallimard (Tomo XV, 2 vols.), 1983.



WEBER, Max. **Ciência e política**: duas vocações. São Paulo: Editora Cultrix, 1972.

WEBER, Max. **Ciência e política**: duas vocações. São Paulo: Editora Cultrix, 2011.

WEBER, Max. **Parlamento e governo na Alemanha reordenada**: crítica política da burocracia e da natureza dos partidos. Petrópolis: Vozes, 1993.

WEBER, Marianne. **Weber**: uma biografia. Niterói: Casa Jorge Editorial, 2003.

NOTAS

TÍTULO DA OBRA

A Política como o naufrágio das esperanças em Tocqueville e Weber

Tássia Rabelo de Pinho

Doutora em Ciência Política

Universidade Federal da Paraíba, Departamento de Ciências Sociais, João Pessoa, Brasil

tassiaacad@gmail.com

 <https://orcid.org/0000-0003-1451-2237>

LICENÇA DE USO

Os autores cedem à **Em Tese** os direitos exclusivos de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a [Licença Creative Commons Attribution 4.0 Internacional \(CC BY\)](#). Esta licença permite que **terceiros** remixem, adaptem e criem a partir do trabalho publicado, atribuindo o devido crédito de autoria e publicação inicial neste periódico. Os **autores** têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não exclusiva da versão do trabalho publicada neste periódico (ex.: publicar em repositório institucional, em site pessoal, publicar uma tradução, ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial neste periódico.

PUBLISHER

Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política. Publicado no [Portal de Periódicos UFSC](#). As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

HISTÓRICO

Recebido em: 1 de julho de 2020.

Aprovado em: 1 de abril de 2021.

